



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 144, DE 2006

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2006, (PDC nº 01340/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre a Promoção do Setor Pesqueiro, celebrado em 26 de agosto de 2003, em Lima.

RELATORA: Senadora **SERYS SLHESSARENKO**

I – RELATÓRIO

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 119, de 16 de março de 2004, submete ao Congresso Nacional o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre a Promoção do Setor Pesqueiro, celebrado em 26 de agosto de 2003, em Lima.

O Memorando foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sendo distribuído, também, para as Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e de Constituição e Justiça e de Cidadania, daquela casa legislativa.

A proposição, nesta Casa, foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no dia 18 de janeiro de 2006, e, na Comissão, a esta Relatora, no dia 27 de janeiro de 2006

II – ANÁLISE

Cumprе salientar que a atividade pesqueira é uma das atividades que estão recebendo especial atenção do governo do Presidente Luiz Inácio, que pode ser facilmente notado pela criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, onde o Secretário tem status de Ministro.

Desde 1990, a aquicultura mundial vem apresentando crescimento anual de 8,9%. No Brasil, a aquicultura também vem despontando como atividade promissora, registrando um crescimento superior à média mundial, passando de 20,5 mil toneladas, em 1990, para 210 mil toneladas, em 2001, com uma receita de US\$ 830,3 milhões. No período de 1990-2001, o Brasil apresentou um crescimento de aproximadamente 825%, enquanto a aquicultura mundial cresceu 187% no mesmo período. O resultado desse crescimento fica evidenciado na classificação mundial estabelecida pela FAO, em que o Brasil se encontrava na 36ª colocação em 1990, passando a ocupar a 19ª posição em 2001, assim como a 13ª posição na geração de renda bruta.

É inegável o potencial do Brasil para a aquicultura, tanto pelas condições continental, representada pelas áreas alagadas, e marinha, em razão da extensão da costa, quanto pela diversidade de clima e presença de áreas protegidas e áreas adjacentes ao mar.

As estimativas mostram que, com a tecnologia disponível no País associada às condições já mencionadas, a produção de peixes e camarões pode chegar a mais de 1 milhão de toneladas.

Face a isto o governo federal vêm empreendendo esforços para desenvolver o setor pesqueiro nacional, colocando-o em patamares semelhantes à indústria pesqueira mundial.

O Acordo em tela insere-se neste sentido de dotar a indústria pesqueira de tecnologia para tornar-se ainda mais competitiva. Entre outros objetivos, o acordo visa o intercâmbio de informações, a transferência de tecnologia e o suporte comum para o desenvolvimento da indústria pesqueira.

É importante destacar que o Peru é um dos países que possuem a maior produtividade pesqueira do mundo. Portanto, a cooperação entre os dois países será assaz benéfico para o Brasil.

III - VOTO

Em face do exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2006.

Sala da Comissão, 9 de fevereiro de 2006.

① Presidente EM EXERCÍCIO
② Relatora
③
④
⑤
⑥
⑦
⑧
⑨
⑩
⑪
⑫

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

**ASSINARAM O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 10, DE 2006,
OS SEGUINTESENADORES:**

- 1. EDUARDO AZEREDO, PRESIDENTE EM EXERCÍCIO**
- 2. SERYS SLHESSARENKO, RELATORA**
- 3. GERSON CAMATA**
- 4. MARCO MACIEL**
- 5. MÃO SANTA**
- 6. SÉRGIO ZAMBIASI**
- 7. ÁLVARO DIAS**
- 8. FLEXA RIBEIRO**
- 9. RODOLPHO TOURINHO**
- 10. CÉSAR BORGES**
- 11. EDUARDO SUPPLY**
- 12. JOSÉ AGRIPINO**

Legislação citada anexada pela Secretaria-Geral da Mesa

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de / /2006

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

(OS:10789/2006)